

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
RESIDÊNCIA INTEGRADA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL**

VIVIAN MARX

**A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS:
PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL**

**SÃO LEOPOLDO
2016**

VIVIAN MARX

A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS:
PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Saúde Mental, pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Martha Wallig Brusius Ludwig

São Leopoldo

2016

**A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS:
PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL**

Vivian Marx*

Martha Wallig Brusius Ludwig**

Resumo: O presente artigo teve como objetivo compreender de que forma os profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) percebem e trabalham a sexualidade dos usuários, apontando as percepções e dificuldades encontradas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo-exploratório, através de uma entrevista semiestruturada e um questionário sociodemográfico com 10 profissionais de um CAPS II. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente discutidas teoricamente. Os resultados apontam que grande parte dos profissionais refere trabalhar a sexualidade com os usuários, porém ainda percebem a temática como um grande tabu. Também afirmam que a sexualidade dos usuários é pouco discutida e pouco problematizada junto à equipe. Algumas falas também revelam despreparo e fuga do tema, sinalizando que alguns profissionais não se sentem preparados para abordá-lo. Pode-se considerar que os profissionais possuem preconceitos e crenças a respeito da sexualidade de pessoas com transtornos mentais que precisam ser desconstruídas. Para tanto, sugere-se espaços legítimos de educação continuada e permanente para os trabalhadores, visando promover reflexões e discussões aprofundadas a respeito da temática da sexualidade, promovendo um cuidado qualificado às pessoas com transtornos mentais.

Palavras-chave: Sexualidade. Transtornos Mentais. Profissionais da saúde.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a sociedade ocidental tem se tornado mais liberal no que diz respeito às questões ligadas ao exercício da sexualidade humana. (CÓRDAS; LARANJEIRAS, 2006). A sexualidade do ser humano é compreendida como elemento de importância incontestável, tanto para a saúde física quanto psíquica dos sujeitos. É percebida como uma significativa dimensão do ser humano, contemplando diferenças de gênero, identidade, orientação sexual, erotismo,

* Psicóloga. Residente no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: vivi-marx@hotmail.com

** Psicóloga. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Doutora em Psicologia também pela (PUCRS). Professora do curso de graduação em Psicologia na (UNISINOS). E-mail: marthaludwig@hotmail.com

aspectos emocionais, comportamentais, relacionamentos conjugais e reprodução. (NEUMANN et al., 2011).

A sexualidade abrange vários elementos, dentre eles, as condutas diante da vida e nas relações que são estabelecidas, o ato sexual propriamente dito, a atração sentida, os pensamentos e desejos, os preconceitos e valores morais, e a imagem corporal. Apesar das diferenças de gênero, enraizadas na sociedade, luta-se pela forma igualitária entre homens e mulheres no que diz respeito à vivência da sexualidade. (NEUMANN et al., 2011). Todos esses elementos vão se constituindo de forma singular para cada pessoa e ao longo do tempo vão adquirindo formas únicas de expressão. (LIMA; BINSFELD, 2003).

A abordagem da sexualidade junto a pessoas com transtornos mentais apresenta-se como um tema indispensável, porém ainda pouco discutido e problematizado nos serviços de saúde mental. Pesquisas apontam que a grande parcela da sociedade compreende o exercício da sexualidade de pessoas com transtornos mentais de forma preconceituosa, com certo estranhamento, acreditando que a psicopatologia desse indivíduo o define como um ser “assexuado”. (BRITO; OLIVEIRA, 2009).

Segundo Miranda e Furegato (2002) o preconceito e descaso são evidentes frente à sexualidade de pessoas com transtornos mentais. Contexto que pode ser compreendido através de um mascaramento social, na forma de negação ou como algo ilegítimo. Nota-se que tais percepções ainda prevalecem nos profissionais da saúde, pautadas no desconhecimento e nos preconceitos atrelados ao trabalho da sexualidade de pessoas com transtornos mentais.

Em sua maioria, os profissionais da saúde demonstram grande receio e dificuldade para trabalhar o tema da sexualidade com pessoas com transtornos mentais. De acordo com Barbosa, Souza e Freitas (2015) na maioria das vezes, os profissionais da área da saúde mantêm-se afastados dessa temática por não compreenderem a expressão da sexualidade por pessoas com transtornos mentais como uma manifestação normal, saudável e inerente ao ser humano. As concepções e estigmas que os profissionais da saúde carregam a respeito da sexualidade dessas pessoas interferem diretamente na maneira de ver e agir com elas. (BRITO; OLIVEIRA, 2009). Perante tal contexto, Souza (2014) afirma que são fundamentais ações de educação permanente e continuada que possam abordar a temática da sexualidade nos serviços de saúde mental. Tais ações teriam como intuito

desconstruir os preconceitos e tabus dos profissionais, promover reflexões e maior qualificação da assistência prestada.

Evidências apontam que pessoas com diagnósticos psiquiátricos, independente da gravidade dos mesmos, expõem-se a comportamentos sexuais de risco, sinalizando, dessa forma, a necessidade de se avaliar essa dinâmica de uma maneira mais aprofundada e integrada. (PEIXOTO, 2012). Além disso, um estudo realizado com mais de duas mil pessoas, assistidas em instituições públicas de saúde mental no Brasil, aponta que pessoas com transtornos mentais apresentam elevadas taxas de doenças sexualmente transmissíveis, salientando que as taxas de HIV foram superiores aos da população geral. (GUIMARÃES et al., 2010).

É importante ressaltar que não existem protocolos ou uma normativa sistematizada ou previamente estabelecida no que diz respeito ao manejo com a sexualidade, sendo assim, as intervenções devem ser baseadas no “*feeling*” de cada trabalhador de saúde quando se deparar com a expressão da sexualidade da pessoa com transtornos mentais. (ZILIOTTO; MARCOLAN, 2014). Visando alcançar a prevenção e promoção de saúde mental para estes sujeitos, é preciso que essa temática seja naturalizada e abordada pelos profissionais, compreendendo-a como componente da subjetividade. Da mesma forma, é importante abordar o autocuidado para com a saúde sexual, contemplando a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e exposição a comportamentos de risco, sendo esses, aspectos pouco considerados, embora estejam evidenciados em pessoas com transtornos mentais. (BRITO; OLIVEIRA, 2009).

Frente a tais questões, esta pesquisa teve por objetivo geral compreender de que forma os profissionais de um CAPS II percebem e trabalham a sexualidade dos usuários. Os objetivos específicos foram: descrever as percepções dos profissionais de um CAPS II a respeito da sexualidade dos usuários e identificar as principais dificuldades encontradas no trabalho com este tema. O CAPS II caracteriza-se como um serviço de saúde mental integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e destina-se ao atendimento diário de adultos com transtornos mentais severos e persistentes. (BRASIL, 2004).

MÉTODO

Delineamento

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo-exploratório. A pesquisa descritivo-exploratória visa obter, para além de uma a maior aproximação com o problema de pesquisa uma descrição detalhada de características de uma população ou fenômeno. (GIL, 2010).

Participantes

Participaram desta pesquisa 10 trabalhadores de um CAPS II, sendo eles: 2 psicólogos, 3 assistentes sociais, 2 terapeutas ocupacionais, 1 técnica de enfermagem e 1 estagiário de psicologia. O convite para participar do estudo foi feito a todos os profissionais de nível técnico e superior (18 profissionais), de ambos os sexos, que trabalhassem com o acolhimento de demandas específicas envolvendo a sexualidade dos usuários. Desta forma, não foram convidados para o estudo os profissionais que ocupassem funções administrativas e nem profissionais da área de serviços gerais.

Materiais e Instrumentos

Foram utilizados nesta pesquisa um questionário sóciodemográfico e uma entrevista semiestruturada. O questionário sóciodemográfico (APÊNDICE A) teve por objetivo coletar as seguintes informações: idade, sexo, profissão, cursos de especialização, tempo de trabalho no serviço, tempo de trabalho dentro da saúde mental e atividades desenvolvidas. A entrevista semiestruturada (APÊNDICE B) composta por 11 questões norteadoras visou responder aos objetivos do estudo. A entrevista semiestruturada é adotada nesses casos para que se possa mensurar a expressão dos participantes, já que através da mesma torna-se possível proporcionar um espaço de espontaneidade, expressão e flexibilidade, diferenciando-se de um questionário. (FLICK, 2009).

Procedimentos Éticos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), através no N° CEP 15/262 (ANEXO A). Conforme os preceitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012). O projeto de pesquisa também foi aprovado pelo Núcleo Municipal de Educação em Saúde Coletiva (NUMESC), no qual são analisados todos os trabalhos acadêmicos realizados na Rede de Saúde do Município de São Leopoldo/RS (ANEXO B).

Através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram ressaltadas as normas de proteção aos participantes, informados os objetivos, procedimentos e os instrumentos aplicados na pesquisa. Da mesma forma, o esclarecimento da participação voluntária e também a possibilidade de desistência em qualquer momento da pesquisa, direito ao sigilo dos dados pessoais, armazenamento do material e a devolução dos resultados. A devolução dos resultados será realizada em um momento previamente acordado com a equipe.

Procedimentos de Coleta de Dados

Inicialmente o projeto de pesquisa foi levado e apresentado a toda a equipe do CAPS II, a fim de que todos os profissionais tivessem ciência do mesmo. Também foi acordado neste momento, que a pesquisadora abordaria individualmente cada profissional para sanar dúvidas e clarear maiores detalhes da pesquisa. Tal esclarecimento seria realizado em um horário individual agendado com cada profissional que aceitasse participar do estudo. Aqueles que aceitaram participar da pesquisa tiveram a ciência do TCLE (APÊNDICE C) assinando-o em duas vias, uma permanecendo com os participantes e a outra com a pesquisadora. Neste momento, foram sanadas todas as dúvidas a respeito da pesquisa, clarificando que a participação era voluntária e também a respeito da privacidade dos dados coletados.

A realização da entrevista com os profissionais ocorreu dentro da jornada de trabalho dos mesmos, em uma sala adequada, garantindo a privacidade do entrevistado, num espaço sigiloso e harmonioso. Cada entrevista teve duração aproximada de 40 minutos. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra

pela pesquisadora, para que fosse realizada posteriormente a análise qualitativa do conteúdo.

Procedimentos de Análise de Dados

As entrevistas foram transcritas e analisadas na íntegra de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. De acordo com a autora, esse modelo de análise é especialmente indicado para sistematizar o conteúdo das entrevistas, sendo possível a partir desse processo, o surgimento de categorias para o estudo. (BARDIN, 2008).

A análise de conteúdo contou com três etapas: a) pré-análise, b) exploração do material e c) tratamento dos dados, inferência e interpretação. (BARDIN, 2008). Segundo Campos (2004), na fase de pré-análise são realizadas leituras flutuantes de todo o conteúdo, com o objetivo de assimilar e organizar de uma forma não estruturada os pontos relevantes. Na segunda fase de exploração do material, são selecionadas as unidades de análise, utilizando-se os objetivos do trabalho e são levantadas as primeiras hipóteses. Na terceira e última etapa é realizado o tratamento dos dados, inferência e interpretação, em que é realizado o processo de categorização e subcategorização das unidades de análise, e que possibilitem através dessa análise, relevar significados e reflexões relevantes atendendo os objetivos do estudo. (CAMPOS, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com uma amostra de 10 profissionais, sendo que oito eram do sexo feminino e dois do sexo masculino. A idade variou de 23 anos a 54 anos ($\mu=38,1$ anos; $DP=10,33$), a média de tempo de atuação dentro do campo da saúde mental foi de 7,84 anos e a média de tempo de atuação no CAPS II foi de 5,58 anos.

No quadro 1, estão apresentadas as categorias e subcategorias encontradas através da análise do conteúdo das entrevistas, buscando responder os objetivos deste estudo.

Quadro 1. Categorias e Subcategorias.

Categoria 1: De que forma os profissionais abordam e trabalham o tema sexualidade com os usuários?	Categoria 2: Percepções dos profissionais ao trabalhar a sexualidade
Distanciamento do tema	Falta de educação permanente e integralidade no cuidado
Abertura e imparcialidade para o diálogo sobre sexualidade	Crenças religiosas dos usuários
As diferenças entre gêneros perpassando o trabalho com a sexualidade	Adoecimento psíquico relacionado à sexualidade
Superficialidade em relação ao tema: os processos de trabalho, a busca de apoio e os encaminhamentos	Opressão vivida pelas mulheres
Transtorno mental em primeiro plano e sexualidade em segundo plano	

Nota. Fonte: Elaborada pela autora.

As categorias e subcategorias serão apresentadas e discutidas teoricamente, utilizando recortes das falas dos participantes para exemplificar cada uma delas. Os trechos das falas, em conformidade com os procedimentos éticos, foram classificados pela letra “E” em seguida de um número (sequência de 1 a 10), para que fosse feita a referência a cada entrevistado.

Categoria 1: De que forma os profissionais abordam e trabalham o tema sexualidade com os usuários?

Nesta categoria foram incluídas as falas dos profissionais a respeito da forma como os mesmos abordam e trabalham a sexualidade com os usuários. A categoria 1 foi subdividida em 5 subcategorias. Segue abaixo a apresentação das subcategorias juntamente com a discussão teórica.

Distanciamento do tema

Nesta subcategoria estão incluídas as falas que revelam resistência em abordar o tema, despreparo, assim como, falas que demonstram que o tema da sexualidade ainda é um tabu para profissionais e usuários. O relato a seguir denota certa evitação em abordar o tema, assim como, uma espécie de despreparo:

“Eu acho que tem pessoas que não falam sobre isso, ignoram... não por maldade ou algo do tipo, mas por não se sentirem capacitadas, não tem conhecimento. De tu ter o retorno de saber que aquilo que o usuário tá me dizendo não é pra eu ficar brincando...” (E2)

Através do relato é possível observar que os profissionais do CAPS II não se sentem plenamente capacitados para lidar com o tema sexualidade com os usuários, e dessa forma, acabam ignorando ou até mesmo negligenciando as demandas trazidas pelo usuário dentro deste campo. Tal resultado corrobora com o estudo de Barbosa, Souza e Freitas (2015) que releva que muitos profissionais da saúde apresentam uma postura defensiva e de proibição, o que parece ser a estratégia encontrada para esconder a sua própria incapacidade de problematizar sobre questões da sexualidade. Tal dificuldade pode também estar associada aos sentimentos e atitudes em relação a sua própria sexualidade, o que pode representar uma barreira para que esses profissionais possam explorar aspectos que envolvam a sexualidade de usuários dos serviços que trabalham. (ZILIOTTO; MARCOLAN, 2014).

Diversas falas apontam que os profissionais do CAPS II verbalizam que a sexualidade ainda se apresenta como um grande tabu, conforme as falas abaixo:

“... até por que a sexualidade é um tema com um tabu muito grande, talvez pudesse afastar o paciente mais do serviço, do que aproximar o usuário.” (E1)

“Os tabus são difíceis, a gente entende que essas coisas devem ser naturalizadas, pela questão profissional, mas a gente também tem as nossas coisas, os nossos valores, nossas aprendizagens, nossa história.” (E2)

De acordo com Brito e Oliveira (2009) as dificuldades encontradas pelos profissionais da área da saúde em manejarem aspectos relacionados à sexualidade de pessoas com transtornos mentais podem ser compreendidas a partir de pré-conceitos, tabus e estigmas instituídos pela sociedade acerca dessa temática. Para Barbosa, Souza e Freitas (2015), as dificuldades também podem estar atreladas ao fato desta temática ser compreendida como algo pertencente ao íntimo do sujeito, de cunho secreto e privado. Para Miranda e Furegato (2002), o posicionamento pessoal de cada profissional, englobando suas concepções morais e juízos de valor, influencia diretamente na atuação do mesmo junto á pessoas com transtornos mentais.

Abertura e imparcialidade para o diálogo sobre sexualidade

Esta subcategoria inclui a abertura e imparcialidade dos profissionais em abordar a sexualidade com usuários e familiares, tais como, realizar orientações e sanar dúvidas. É muito importante se deparar com esse tipo de conduta, uma vez que a sexualidade faz parte da vida humana. As falas abaixo ilustram essa abertura:

“... é uma demanda bem presente no serviço, por que ai não tem como distinguir da saúde mental, é saúde mental também pensar as questões de gênero, de sexualidade, totalmente atreladas a isso, por que muitas vezes é isso que vai acabar gerando e ocasionando o sofrimento.” (E9)

“Eu acho que deveria ser uma cultura de todos os profissionais, do por que trabalhar a sexualidade, deveria se entender que faz parte do individuo, que é um ser psicossocial junto, não é dissociado da sexualidade. Por que a sexualidade é pra além do ato sexual...” (E7)

Os relatos acima relevam que a grande maioria dos profissionais entrevistados fala sobre sexualidade com os usuários do CAPS II, e que essa é uma demanda que emerge dos mesmos com frequência. Segundo Brito e Oliveira (2009), as pessoas com transtornos mentais utilizam-se da verbalização como forma de expressão de sua sexualidade.

Assim como qualquer outra pessoa, pessoas com transtornos mentais possuem desejos, vontades e dúvidas a respeito de sua sexualidade, cenário que se apresenta como uma demanda frequente, a ser acolhida e trabalhada pelos

profissionais dos serviços de saúde mental. O estudo de Barbosa, Souza e Freitas (2015) vai de encontro com a naturalização da sexualidade de pessoas com transtornos mentais pelos profissionais da saúde. Os autores afirmam que muitos profissionais apresentam uma postura defensiva e de proibição frente ao tema, cenário que pode ser justificado pelo despreparo, receio e falta de conhecimento no manejo da sexualidade de pessoas com transtornos mentais. (BARBOSA; SOUZA; FREITAS, 2015). Para que seja possível alcançar a prevenção e promoção de saúde mental, torna-se fundamental que o tema da sexualidade seja naturalizado e trabalhado pelos profissionais, compreendendo-a como inerente a vida dos sujeitos. (BRITO; OLIVEIRA, 2009).

As Diferenças entre gêneros perpassando o trabalho com a sexualidade

Esta subcategoria diz respeito às dificuldades em abordar a sexualidade com usuários do sexo oposto ao dos profissionais e em grupos mistos. Da mesma forma, revelam o quão presente estão questões machistas nos discursos e comportamentos dos usuários, no âmbito da sexualidade. Os relatos abaixo relevam estas questões:

“Pros homens é mais, é um problema maior, a sexualidade no homem atenta como algo da identidade dele como masculino. E ai ele “brochar” é ele deixar de ser homem, e se ele deixa de ser homem ele não é nada, e ai ele cai num buraco muito maior do que ele já tá. E mesmo não discutindo muito isso nos grupos, eu sei que tem pacientes que tem questões muito cristalizadas sobre o masculino, questões machistas...”
(E1)

“Eu acho que eu sinto mais dificuldade se eu for falar sobre o tema com homens. Ai eu me sinto um pouco constrangida, mas se tiver que falar eu vou falar né? Mas qualquer coisa eu peço a ajuda de alguém para me auxiliar.” (E8)

Nas falas acima, é possível notar singularidades e representações sociais atribuídas ao sexo masculino, atravessadas por valores e concepções sociais e culturais associadas historicamente aos homens. Segundo Barbosa, Giami e Freitas (2015) estão firmados roteiros sexuais distintos para homens e mulheres, em que, para os homens há uma necessidade constante de busca de sexo como fonte de

prazer e forma de confirmar sua masculinidade e virilidade, já para as mulheres a relação não é percebida como um ato de prazer, mas como uma obrigação para com os seus parceiros. (BARBOSA; GIAMI; FREITAS, 2015).

Alguns profissionais relataram algumas dificuldades na abordagem da sexualidade em espaços coletivos onde estavam reunidos homens e mulheres, assim como vergonha e constrangimento dos usuários. Conforme o relato que segue:

“Eu encontrei um pouco de dificuldade no início, quando os meus grupos eram mistos. Ai era uma dificuldade que eu percebia de falar, mas era mais um dificuldade do usuário em poder falar, principalmente as mulheres, que eu percebo que querem e demandam falar mais sobre isso do que homens, é uma percepção minha.” (E3)

Como se vê, tanto profissionais quanto usuários se mostram constrangidos. Pode-se compreender que tal contexto se dá devido ao constrangimento e vergonha dos usuários para falar sobre sua sexualidade em espaços onde estão junto com pessoas do sexo oposto. As mulheres podem sentir-se oprimidas e intimidadas para falar sobre sua sexualidade nesta configuração mista. Tal visão corrobora com a pesquisa de Barbosa, Giami e Freitas (2015) que aponta que mulheres com transtornos mentais apresentam passividade e subordinação frente aos homens. O receio se instala em falar sobre sexualidade de uma maneira espontânea e genuína, sobre si mesmo e escutar o outro falar sobre suas questões, acima de tudo quando o outro é do sexo oposto. (BARBOSA; GIAMI; FREITAS, 2015).

Superficialidade em relação ao tema: os processos de trabalho, a busca de apoio e os encaminhamentos

Nesta subcategoria são reunidas as falas dos profissionais a respeito da necessidade de ampliar a discussão sobre o tema para além de orientações sobre DST e métodos contraceptivos. Além disso, demonstram as formas de trabalho com a sexualidade e os encaminhamentos possíveis, assim como a busca de apoio em colegas da equipe. Os profissionais entrevistados referem que o trabalho com a sexualidade deva ampliar-se para além das orientações sobre DST e métodos contraceptivos, alegando que é preciso abarcar aspectos subjetivos dos usuários, conforme as falas abaixo:

“O mal da saúde é achar que só se trabalha com isso, que sexualidade é só falar de DST e de prevenção. Tanto prevenção no sentido de prevenir doenças, como gravidez, principalmente na saúde mental. Por que se agita tanto a questão que o doente mental não pode engravidar, ou o homem doente mental engravidar a mulher, pelo medo que se tem... pra além...” (E7)

“E quando vem, eu tento entrar nessas questões, às vezes também mais concretas, de como é a questão da prevenção”. Porque às vezes se tem uma ideia de que trabalhar a sexualidade é só essa coisa da camisinha, da prevenção né, por que daí cai numa coisa concreta simplificada, mas também se a gente fica mais nessa questão da subjetividade, que é importante, e não fala dessa coisa mais concreta, às vezes a gente também perde uma chance de poder contribuir...” (E9)

É essencial que o profissional da saúde mental possa intervir para além de apenas oferecer informações sobre o corpo humano, ações preventivas, DST e desenvolvimento fisiológico. É necessário que esse profissional tenha uma compressão ampliada da dinâmica da experiência sexual dos usuários do serviço. (BRASIL, 2002). Frente à política pública de prevenção e atenção às DST e ao HIV/Aids nos serviços de saúde mental, criam-se novas estratégias de abordagem da sexualidade e do sofrimento mental, e com isso, a sexualidade passa a ser vista com algo saudável e desejável, sob uma perspectiva de promoção de saúde e direitos humanos, reconhecendo a diversidade e rompendo com a discriminação e preconceito. (BRASIL, 2008).

No que diz respeito aos encaminhamentos realizados perante questões da sexualidade, os profissionais referenciam os usuários ao Serviço de Atendimento Especializado (SAE) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), entre outros serviços da rede municipal de saúde. Conforme a fala abaixo:

“Então normalmente a orientação é pro SAE, mas se forem outras questões também se orienta que procure o clínico, da sua unidade de saúde pra ir vendo. Ou que nem isso, muitas vezes o paciente fica em dúvida se a questão da ereção dele é por problemas psíquicos ou por um problema funcional.” (E10)

É possível identificar através de algumas falas que alguns profissionais não se sentem preparados para abordar questões da sexualidade com os usuários, e

frente a isso referem buscar a ajuda com colegas da equipe, estagiários ou residentes. A fala a seguir ilustra isso:

“Porque na verdade eu sou uma técnica de enfermagem eu não sou psicóloga, eu não sei né... Então quando eu vejo que é uma coisa assim eu corria pra um colega psicólogo, pelo amor de Deus me socorre, não to conseguindo, eu peço ajuda, então ele marcava um dia, conversava, a gente sempre se ajuda.”(E6)

De acordo com o estudo de Ziliotto e Marcolan (2014) grande parte dos profissionais da enfermagem demonstram despreparo, receio e falta de qualificação para trabalhar a sexualidade de pessoas com transtornos mentais. Durante as entrevistas foi possível notar que outros profissionais de diferentes profissões também referem despreparo e insegurança. Tal cenário apresenta-se como um grande desafio para todos os profissionais da saúde. Evidencia-se a necessidade de ampliar o conhecimento e desconstruir os pré-conceitos dos profissionais, para que esses possam ofertar uma assistência integral, que contemple a sexualidade e a saúde sexual de pessoas com transtornos mentais. (BARBOSA; SOUZA; FREITAS, 2015).

Transtorno mental em primeiro plano e sexualidade em segundo plano

Esta subcategoria diz respeito às falas que se referem à questão de priorizar o trabalho em um primeiro momento com os sintomas da psicopatologia do usuário, para depois abordar aspectos da sexualidade. O relato abaixo ilustra essa questão:

“... os demais sintomas de psicose, de descolamento de realidade eram muito maiores pra se trabalhar a sexualidade primeiro. Então eu vi que era muito mais útil, trazer ele pra realidade primeiro e depois a gente vai discutir a sexualidade.” (E1)

Alguns profissionais entrevistados relatam que primeiramente trabalham os sintomas da psicopatologia do usuário, para em um segundo momento abordarem questões da sexualidade. Nota-se que a abordagem da sexualidade com os usuários do CAPS II apresenta-se como menos importante ou mesmo desconsiderada por alguns profissionais, inclusive sendo percebida como desnecessária. De acordo com o estudo de Barbosa, Souza e Freitas (2015), o

silenciamento e descaso em torno da temática da sexualidade, colocando-a em segundo plano, revelam as representações dos profissionais da saúde mental sobre a compreensão da sexualidade, que parece estar reduzida apenas ao ato sexual.

É possível verificar que a postura do profissional da saúde, à primeira vista, atenta para uma negação da sexualidade das pessoas com transtornos mentais. (BRITO; OLIVEIRA, 2009). Contudo, torna-se primordial ter uma visão integral da pessoa usuária de um serviço de saúde mental, e para tanto, acolher e trabalhar com todas as demandas que emergem, sem distinções. (DETOMINI, 2016).

Categoria 2: Percepções dos profissionais ao trabalhar a sexualidade

Esta categoria reuniu as falas que revelam as percepções dos profissionais ao trabalhar a sexualidade com usuários do CAPS II. As falas apontam para uma visão restrita sobre sexualidade, manejo com crenças religiosas dos usuários que influenciam sua sexualidade, visão do ato sexual como uma obrigação a ser cumprida com os parceiros (as) e também para a relação entre sofrimento psíquico e sexualidade. Esta categoria foi subdividida em 4 subcategorias. Segue abaixo a apresentação das mesmas juntamente com a discussão teórica.

Falta de educação permanente e integralidade no cuidado

Esta subcategoria diz respeito às falas que revelam certa disparidade na forma de pensar e trabalhar a sexualidade, assim como uma escassez de ações de educação permanente para aprofundamento da temática.

“Eu acho que essas coisas (sexualidade), deveriam ser mais discutidas em reuniões de equipe, porque é complicado. Porque a equipe não consegue se integrar numa mesma linha de cuidado.” (E2)

“E acho que se trabalha isso no CAPS sim, mas acho que a educação permanente sempre é necessário, estudar sempre é necessário, problematizar, e com certeza acho que faltam mais espaços de educação permanente, da equipe parar, estudar um texto, então vamos discutir o que isso tem haver com as nossas práticas, por que como tem uma coisa de uma equipe que ta a muito tempo trabalhando, isso é legal por uma lado, por que tem um conhecimento, um saber fazer muito legal, mas as

vezes também tem essa coisa de não ter tolerância pra essa coisa da educação permanente, sabe?” (E9)

As falas acima revelam que a equipe pode trabalhar de formas distintas com a sexualidade dos usuários, de acordo com suas crenças, vivências e interpretações pessoais, não havendo um cuidado linear e integrado entre a equipe. Tal situação está diretamente associada à falta de ações de educação permanente no serviço, cenário que contribui para a disparidade no manejo com a sexualidade de pessoas com transtornos mentais.

A educação permanente em saúde promove uma significativa mudança na concepção e nas práticas de capacitação dos profissionais nos serviços de saúde. Colocando os trabalhadores como sujeitos atuantes e participativos do processo, protagonistas do saber e das estratégias de intervenção, ao invés de apenas receptores de conhecimentos. (BRASIL, 2009). O estudo de Ziliotto e Marcolan (2014) aponta que poucas são as discussões sistematizadas sobre o trabalho com a sexualidade de pessoas com transtornos mentais através de ações de educação continuada e permanente. Tal cenário prejudica a atualização de saberes e aprendizagens e compromete a qualidade e eficácia da assistência para a sexualidade de pessoas com transtornos mentais. Frente a isso, os profissionais acabam por realizar abordagens pautadas em seus próprios referenciais internos e concepções pessoais quando se deparam com a temática da sexualidade em um serviço de saúde mental. (ZILIOTTO; MARCOLAN, 2014).

Crenças religiosas dos usuários

Nesta subcategoria estão reunidas as falas dos profissionais a respeito do atravessamento de crenças religiosas dos usuários na vivência da sua sexualidade. A fala a seguir ilustra esta questão:

“... mas que me chamou atenção de como poder ajudar esse menino (homossexual) por que ele tem um atravessamento muito forte de religiosidade na família... têm situações bem concretas, bem reais dele assim, da vida dele, e a sexualidade completamente atravessada, ele tipo referenciando várias coisas, e se culpando, se mutilando e tentando, pensando em morte depois de concretizar o ato, bem real, de dizer assim

pra nós. Então isso é dos casos que a gente ta bem atento no sentido de como ajudar ele.” (E4)

Tal relato aponta para uma relação direta entre religião e a experiência da sexualidade das pessoas, e em muitos contextos, atenta para a forte repressão da diversidade sexual dos sujeitos, abarcando discursos de culpabilização e pecado. Miranda et al. (2009) compreendem que, para a religião, se projeta no corpo humano um simbolismo cultural, que por sua vez, é atravessado por fortes implicações com a sexualidade.

Para Silva, Paiva e Parker (2013), crenças religiosas de profissionais e usuários do sistema público de saúde interferem diretamente nos contextos e práticas cotidianas de trabalho. A dinâmica psicossocial da religiosidade, assim como, sua expressão política, podem influenciar o desenvolvimento de estratégias e ações de saúde, sustentando seu lugar como instância regedora da expressão da sexualidade e da reprodução dos sujeitos. (SILVA; PAIVA; PARKER, 2013). Enquanto profissionais da saúde torna-se fundamental a validação das crenças religiosas dos usuários, compreendidas também como fator protetivo dos sujeitos. Diversas pesquisas apontam que crenças e práticas religiosas estão associadas à sensação de bem-estar, qualidade de vida, prognósticos mais otimistas e melhores estratégias de enfrentamento frente a situações de estresse. (KOENIG, 2007). Porém, muitas vezes é importante realizar diálogos e promover a flexibilização de crenças religiosas rígidas junto a usuários e familiares, visando promover uma saúde sexual mais livre e saudável.

Adoecimento psíquico relacionado à sexualidade

Esta subcategoria reuniu falas em que os profissionais relatam uma relação direta entre o adoecimento psíquico e questões da sexualidade dos usuários. Ressaltam a importância de distinguir a manifestação saudável da sexualidade de manifestações sintomáticas relacionadas ao transtorno mental. Conforme as falas abaixo:

“A sexualidade vem junto, são várias questões, então eu acho que se a gente conseguisse ter um trabalho bem efetivo nesse campo específico, o adoecimento é muito por aí, a minha experiência me diz. Em algum

momento alguma coisa passou pela sexualidade. Não pelo abuso, somente, mas pela questão das fantasias, de como ia ser... tudo...” (E4)

“... então é preciso perceber se isso [comportamentos hipersexualizados] ta vindo naturalmente, se isso é uma demanda do usuário de estar trazendo dúvidas que ele tenha, ou se essa coisa esta muito exagerada, então será que é uma demanda ou um sintoma da doença?” (E2)

Nas falas acima colocadas, os profissionais referem que é preciso saber distinguir entre a expressão da sexualidade dos usuários como algo saudável ou quando é um sintoma aflorado do quadro psicopatológico daquele sujeito. Da mesma forma, compreendem que o sofrimento psíquico dos sujeitos está atrelado aos aspectos da sexualidade.

Ziliotto e Marcolan (2014) em um estudo com profissionais de enfermagem constataram que tais profissionais percebem as manifestações de sexualidade de pessoas com transtornos mentais como sintoma de sua doença mental, ou seja, o sujeito é visto como incapaz de expressar e exercer a sua sexualidade de forma sadia, como se fossem seres “assexuados” por terem um diagnóstico de transtorno mental. As falas trazidas pelos profissionais nesta pesquisa vão de encontro ao estudo mencionado, pois relevam que os profissionais consideram verdadeiramente as expressões de sexualidade dos usuários, e compreendem que os usuários devem ter uma vida sexual, porém com prevenção e orientações.

Opressão vivida pelas mulheres

Esta subcategoria inclui a percepção que os profissionais têm sobre a opressão sentida por mulheres com transtornos mentais por seus parceiros. A fala abaixo retrata isso:

“... porque nesses momentos onde elas se colocam nesse lugar de ter que cumprir esse papel esse é um gancho que eu acabo sempre pegando pra colocar assim: Onde é que fica o teu prazer, onde é que fica a tua vontade, que momento é esse, que preocupação é essa que tu tem em relação a tua sexualidade, que parece que é só de satisfazer o outro. Pra que tu mantenha ao teu lado um marido, um casamento. Essa exigência de estar casada, ter um marido, é tua, uma necessidade tua, ou é uma demanda da sociedade... Então a gente trás isso.” (E3)

A discriminação e opressão das mulheres infelizmente é uma situação recorrente no cotidiano, fazendo com que essas travem uma luta diária por direitos mais igualitários na sociedade. Os esforços são grandes para que seja possível superar tais diferenças em relação aos papéis de gênero instituídos, contemplando nesse cenário, acesso aos serviços e saúde e garantia de espaços que promovam discussões sobre a sexualidade feminina. (ROEDER, 2014 apud DETOMINI, 2016).

De acordo com o estudo de Barbosa, Souza e Freitas (2015), não são incomuns relatos de mulheres sobre relações sexuais sem desejo, somente para satisfazer seus parceiros, ressaltando ser um dever da mulher, evidenciando a forte influência dos estereótipos de gênero nas formas de experienciar a sexualidade. Tal realidade se torna mais complexa quando se trata de “mulheres com transtornos mentais”, considerando os rótulos, estigmas e discriminação presentes. Muitas destas mulheres, não reconhecem como uma violência o fato de serem pressionadas a ter relações sexuais pelos companheiros, sem que haja desejo. (BARBOSA; SOUZA; FREITAS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que existem poucas publicações sobre manejo da sexualidade de pessoas com transtornos mentais, assim como, poucas que abordem ações preventivas e educativas que ofereçam um cuidado integral e humanizado a essas pessoas, este estudo se mostrou relevante. Os resultados obtidos possibilitaram alcançar os objetivos deste estudo, no que diz respeito à forma como os profissionais de um CAPS II percebem e trabalham a sexualidade de pessoas com transtornos mentais, bem como, ressaltar as dificuldades encontradas.

As entrevistas revelam que grande parte dos profissionais do CAPS II trabalha o tema da sexualidade com os usuários, porém ainda percebem isso como grande tabu, assim como, afirmam que o tema é pouco discutido e problematizado junto à equipe. Em sua grande maioria, os profissionais compreendem a sexualidade dos usuários com transtornos mentais como algo saudável, porém atentam que devem se manter próximos para saber distinguir quando tal manifestação está associada a sua psicopatologia. Algumas falas também revelam despreparo e fuga da temática, assim como, o fato de alguns profissionais não se sentem preparados para abordar o tema. Para Souza (2014), torna-se importante não considerar apenas

os serviços de saúde mental e os profissionais que estão na assistência como únicos atores responsáveis em encontrar soluções ou respostas para as dificuldades e contradições que permeiam este campo. Estão envolvidos também neste cenário os currículos dos cursos de graduação na área da saúde, que devem ser reestruturados propiciando discussões sobre integralidade da atenção, que contemplem a mediação entre sexualidade e saúde mental. (SOUZA, 2014).

O estudo de Ziliotto e Marcolan (2014) corrobora com tal entendimento, no qual referem que o despreparo para lidar com aspectos da sexualidade pelos profissionais, pode justificar-se na maioria das vezes, através da falha nos currículos das graduações da área da saúde, os quais em sua maioria, não contemplam a sexualidade humana como disciplina ou temática significativa. De acordo com Souza (2014), o sistema de saúde também necessita de constantes ajustes, visando garantir o acesso e a integralidade do cuidado para com os usuários de serviços de saúde mental, bem como, uma maior articulação entre profissionais, usuários e a rede de serviços de saúde.

Torna-se necessário instituir espaços legítimos de educação continuada e permanente no serviço, assim como promover discussões mais consistentes dos casos, para que as questões da sexualidade possam ser problematizadas e ações mais eficazes de cuidado possam ser geradas, assim como em outras temáticas. Para Souza (2014), são imprescindíveis espaços de qualificação para os profissionais, contendo novas abordagens, pautados nos direitos humanos e no princípio da integralidade do cuidado em saúde mental.

Uma das limitações encontradas foi não ter conseguido entrevistar todos os profissionais do CAPS II. Isto ocorreu em função do desinteresse de alguns trabalhadores em participar da pesquisa, assim como pela dificuldade de conciliar as disponibilidades da pesquisadora e da equipe. Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, abarcando outros serviços de saúde mental da RAPS, contendo uma amostra maior de profissionais, e que possam também ser ouvidas as pessoas com transtornos mentais sobre a temática.

**SEXUALITY OF MENTAL DISORDERS PERSONS:
PERCEPTION OF PROFESSIONALS OF A PSYCHOSOCIAL CARE
CENTER**

Abstract: This article aims to understand how the professionals of a Psychosocial Care Center (CAPS II) perceive and work the sexuality of the users, pointing out the perceptions and difficulties encountered. For that, a qualitative, descriptive-exploratory study was carried out through a semi-structured interview and a sociodemographic questionnaire with 10 professionals from a CAPS II. The interviews were recorded, transcribed and later discussed theoretically. The results point out that most professionals refer to working with their users, but they still perceive the subject as a great taboo. They also affirm that the sexuality of the users is little discussed and little problematized next to the team. Some speeches also reveal unpreparedness and escape from the theme, signaling that some professionals do not feel prepared to approach it. Practitioners may be held to have prejudices and beliefs about the sexuality of people with mental disorders that need to be deconstructed. To this end, it is suggested that there be legitimate spaces for continuous and permanent education for workers, with the purpose of promoting reflections and in-depth discussions on the subject of sexuality, promoting qualified care for people with mental disorders

.Keywords: Sexuality. Mental Disorders. Health professionals.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Jaqueline A. G.; GIAMI, Alain; FREITAS, Maria Imaculada de Fátima. Gender and sexuality of people with mental disorders in Brazil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro , n. 19, p. 67-83, Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872015000100067&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2016.
- BARBOSA, Jaqueline A. G.; SOUZA, Marina C. M. R.; FREITAS, Maria I. de Fátima. A abordagem da sexualidade como aspecto essencial da atenção integral de pessoas com transtornos mentais. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p. 2165-2172, Jul. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000702165&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Guia para Profissionais de Saúde Mental Sexualidade e DST/Aids: Discutindo o Subjetivo de Forma Objetiva**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sexualidade_saude.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: < http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf > . Acesso em: 09 nov. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Prevenção e Atenção às IST/AIDS na saúde mental no Brasil: Análises, Desafios e perspectivas**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < http://www.aids.gov.br/sites/default/files/pessoas10web-com_capa.pdf >. Acesso em: 26 out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33856/396770/Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Permanente+em+Sa%C3%BAde/c92db117-e170-45e7-9984-8a7cdb111faa>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- BRITO, Patrícia F. de; OLIVEIRA, Cleide C. de. A sexualidade negada do doente mental: percepções da sexualidade do portador de doença mental por profissionais de saúde. **Ciências e Cognição**, Ceará, v. 14 n.1, p. 246-254, mar. 2009. Disponível

em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_1/m318342.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.

CAMPOS, Claudinei J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v.57 n.5, p. 611-614, set/out 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

DETOMINI, Vitor C. Sexualidade e saúde mental: construindo sentidos entre pessoas usuárias de um CAPS. 2016. 139 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** -- Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFU_d17d77b8a9f207d45c2f67752e4f773e/Description#tabnav>. Acesso em: 18 out. 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed. 405p, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Mark D. C.; McKINNON, Karen.; CAMPOS, Lorenza N.; MELO, Ana Paula S.; WAINBERG, Milton. HIV risk behavior of psychiatric patients with mental illness: a sample of Brazilian patients. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 349-350, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462010000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2015.

KOENIG, Harold G.. Religião, espiritualidade e psiquiatria: uma nova era na atenção à saúde mental. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 5-7, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Nov. 2016.

LIMA, Juliano C., BINSFELD, Luciane. O trabalho do enfermeiro na organização hospitalar: núcleo operacional autônomo ou assessoria de apoio ao serviço médico? **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 98-103, 2003. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v11n1/v11n1a16.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MIRANDA, Francisco A.N.; FUREGATO, Antonia R.F. Percepções da sexualidade do doente mental pelo enfermeiro. **Revista Latino-AM de Enfermagem**, v. 10, n. 2, p. 207-213, mar/abr., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n2/10516.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

MIRANDA, Francisco A.N.; FUREGATO, Antonia R.F.; SIMPSON, Cléria A.; MENESES, Rejane M. A pressão para o mito sobre a sexualidade do doente mental. **Revista de Enfermagem Atual**. v.9, n.52, p.25-29, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283637996_A_pressao_para_o_mito_sobre_a_sexualidade_do_doente_mental>. Acesso em: 27 out. 2016.

NEUMANN, Aline F.; NETO, Francisco R. N.; RIO, Camila L.; SAKAE, Thiago M. Perfil da sexualidade feminina em universitárias de um curso de medicina de Santa Catarina. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Santa Catarina, v. 40, n 1, 2011. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/848.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PEIXOTO, Eliane Rezende de Moraes. Comportamento sexual de risco para o HIV em pacientes com transtornos mentais: uma comparação de gênero. 2012, 88 f. **Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)**. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2012.

Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-96LGCA/eliane_peixoto_disserta__o_comportamento_sexual.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 22 out. 2016.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; PAIVA, Vera; PARKER, Richard. Juventude religiosa e homossexualidade: desafios para a promoção da saúde e de direitos sexuais.

Interface (Botucatu), Botucatu , v. 17, n. 44, p. 103-117, Mar. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2016.

SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. Representações de profissionais da saúde mental sobre sexualidade de pessoas com transtorno mentais. 2014. 167f. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://www.enf.ufmg.br/pos/defesas/630D.PDF>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ZILLOTTO, Gisela Cardoso; MARCOLAN, João Fernando. Representações sociais da enfermagem: a sexualidade de portadores de transtornos mentais. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 966-972, out/dez, 2014. Disponível em:<<http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20140071>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

APÊNDICE A – FICHA DE DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Nome:
2. Sexo:
3. Idade:
4. Formação:
5. Possui especialização? Se sim, em que área?
6. Quais atividades você realiza atualmente no CAPS?
7. Quanto tempo trabalha no serviço?
8. Quanto tempo possui de experiência dentro da Saúde Mental?

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Durante um atendimento ao usuário, você costuma questioná-lo sobre aspectos da sexualidade? Se sim, por que?
2. Quais as principais dificuldades/limitações que você encontra ao trabalhar este tema com os usuários do CAPS?
3. Ao trabalhar a sexualidade dos usuários, você aborda também questões de gênero?
4. Como você se sente ao falar sobre sexualidade com os usuários do CAPS?
5. Durante o acolhimento a um novo usuário que busca atendimento no CAPS, você costuma questioná-lo sobre questões relacionadas a sexualidade?
6. Você questiona os usuários do CAPS sobre sua atividade sexual? De que forma?
7. Nos atendimentos prestados aos usuários, você costuma realizar orientações a respeito de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e métodos contraceptivos?
8. Quando questões relacionadas à sexualidade se apresentam como demanda do usuário, qual o encaminhamento que você realiza?
9. Já se deparou com alguma demanda relacionada à sexualidade dos usuários e não soube como lidar? Qual situação se tratava? Como foi?
10. O que você pensa sobre a forma que o CAPS atualmente trabalha questões relacionadas a sexualidade com os usuários?
11. O que para você compõe a sexualidade humana?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado(a) Sr.(a):

Eu, Vivian Marx, psicóloga residente do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, estou realizando uma pesquisa para compreender como os profissionais percebem e trabalham a sexualidade dos usuários nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Sua participação na pesquisa é muito importante, pois os resultados ajudarão a compreender como essa temática é abordada nestes espaços de cuidado.

A pesquisa é intitulada "A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL". Convido você a participar desta pesquisa. É importante lembrar que sua identidade será preservada, assim como as informações coletadas através das entrevistas com a pesquisadora serão mantidas em sigilo. As entrevistas serão gravadas e transcritas e esse material será arquivado de forma segura e descartado após cinco anos da pesquisa. Lembrando ainda que sua participação é voluntária e que você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento sem qualquer tipo de prejuízo.

Os benefícios que você poderá ter participando desta pesquisa se apresentam de forma indireta, visam proporcionar um maior aprofundamento e discussão sobre a temática, assim como, qualificar os processos de trabalho. Os riscos que a pesquisa pode apresentar dizem respeito a um possível constrangimento ao abordar a temática, e também por este tema poder suscitar questões do manejo da sua própria sexualidade. Caso haja alguma situação de constrangimento ou desconforto, você será escutado e acolhido pela pesquisadora, e se visto a necessidade, encaminhado para acompanhamento nos serviços da rede de saúde do município.

Sinta-se à vontade para solicitar orientações sobre os procedimentos envolvidos e esclarecer suas dúvidas. Você também poderá solicitar os resultados da pesquisa após a conclusão do estudo. Se o fizer, a pesquisadora lhe entregará pessoalmente os resultados e as considerações finais derivadas da pesquisa. Os resultados desta pesquisa permanecerão pelo prazo de cinco anos em posse da pesquisadora, após este período, serão descartados de forma ecologicamente correta.

No caso de dúvidas você poderá entrar em contato com a pesquisadora Vivian Marx pelo fone (51) 98853189, ou pelo e-mail vivi-marx@hotmail.com ou ainda com sua orientadora Profa. Dra. Martha Wallig Brusius Ludwig, pelo fone (51) 98050641, ou pelo e-mail marthaludwig@hotmail.com .

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma das vias ficará com você e a outra retornará para a pesquisadora. Sua assinatura garante o consentimento para a participação nesta pesquisa. Desde já agradeço a sua colaboração e coloco-me a disposição para quaisquer informações necessárias.

Data: ____ de _____ de 20__ .

Nome do Participante

Assinatura do Participante

CEP - UNISINOS
VERSÃO APROVADA
Em: 04/01/16
Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil
Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 http://www.unisinos.br

.....
[Handwritten Signature]

Vivian Marx - Pesquisadora

ANEXO A – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação (UAPPG)
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Versão agosto/2013

UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RESOLUÇÃO 281/2015

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS analisou o projeto:

Projeto: Nº CEP 15/262 **Versão do Projeto:** 23/12/2015 **Versão do TCLE:** 23/12/2015

Coordenadora:

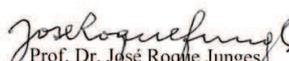
Acadêmica Vivian Marx (Curso de Especialização em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental)

Título: A sexualidade de pessoas com transtornos mentais: percepção dos profissionais de um centro de atenção psicossocial.

Parecer: O projeto foi APROVADO, por estar adequado ética e metodologicamente, conforme os preceitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisadora deverá encaminhar relatório anual sobre o andamento do projeto, conforme o previsto na Resolução CNS 466/12, item XI.2, letra d. Somente poderão ser utilizados os Termos de Consentimento onde conste a aprovação do CEP/UNISINOS.

São Leopoldo, 23 de dezembro de 2015.


Prof. Dr. José Rogério Junges
Coordenador do CEP/UNISINOS

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA TRABALHO ACADÊMICO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE



AUTORIZAÇÃO PARA TRABALHO ACADÊMICO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

Eu, Júlio Copstein Galperim, CPF 222.560.320-00, Secretário Municipal de Saúde de São Leopoldo/RS, estou ciente do **Projeto de Pesquisa** conforme os dados a seguir:

Título: A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Objetivo: Compreender de que forma os profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) percebem e trabalham a sexualidade de seus usuários.

Curso: Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental

Instituição de Ensino: (X) UNISINOS, () UFRGS, () FEEVALE, () outra: _____

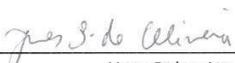
Estudante/pesquisador: Vivian Marx

Telefone: (51) 98853189 E-mail: vivi-marx@hotmail.com

Unidade de Saúde sugerida: CAPS II (Capilé).

Esta pesquisa não interferirá negativamente no processo de trabalho da rede municipal de saúde. Ao concluir o trabalho, o estudante/pesquisador realizará a devolução dos resultados ao NUMESC e aos demais serviços envolvidos. Sendo assim, autorizo a realização desta pesquisa nos serviços da rede municipal de saúde, conforme definido junto às coordenações específicas.

São Leopoldo, 18 de novembro de 2015.


 Yves Pelegrim de Oliveira
 Coordenador da Saúde Mental
 Secretaria de Saúde

Yves Pelegrim de Oliveira
 Coordenador de Saúde Mental
 Mat. 83376
 SEMSAD


 Tatiane Bagatini
 Coordenadora do Núcleo Municipal de
 Educação em Saúde Coletiva (NUMESC)


 Júlio Copstein Galperim
 Secretário Municipal de Saúde
 São Leopoldo

Núcleo Municipal de Educação em Saúde (NUMESC)
 Avenida Dom João Becker, 754, 4º andar, Centro, São Leopoldo, RS, CEP: 93010-010
 Telefone: 3526 6006 numesc@saoleopoldo.rs.gov.br